



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. INTRODUÇÃO

**1.1.** Este Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade analisar a solução mais adequada para o atendimento da necessidade de fornecimento de insumos para máquinas de café e bebidas quentes, visando à manutenção das atividades institucionais da Casa Legislativa.

### 2. DESCRIÇÃO DAS NECESSIDADES

**2.1.** A Casa dispõe de máquinas de café e bebidas quentes destinadas ao atendimento do público interno e externo, sendo necessário garantir o fornecimento contínuo dos insumos utilizados em seu abastecimento.

**2.2.** Foi realizado o Pregão Eletrônico nº 1/2026, o qual contemplava lote específico para a aquisição desses insumos, contudo, o referido lote restou fracassado.

**2.3.** Nesse contexto, permanece a necessidade de contratação do objeto em questão, a fim de assegurar a continuidade do fornecimento aos usuários.

### 3. DA ANÁLISE DO LOTE FRACASSADO NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026

**3.1.** Conforme exposto anteriormente, foi realizado o Pregão Eletrônico nº 1/2026, o qual contemplava lote específico destinado à aquisição dos referidos insumos, todavia, o lote em questão restou fracassado.

**3.2.** Da análise do histórico do referido pregão, verifica-se que três empresas participaram do lote, todas apresentando propostas iniciais com valores inferiores ao máximo estipulado no edital.

**3.3.** Entretanto, para o lote em análise, as empresas participantes não apresentaram lances.

**3.4.** Encerrada a fase competitiva, foram convocadas pelo pregoeiro para encaminhamento da proposta ajustada e da documentação complementar, incluindo a ficha técnica dos produtos, necessária à conferência das especificações exigidas.

**3.5.** Contudo, nenhuma das licitantes apresentou a documentação solicitada, o que ensejou a desclassificação das propostas e, consequentemente, o fracasso do lote.

**3.6.** Com o objetivo de identificar a possível causa do fracasso da licitação, procedeu-se à análise do histórico do certame, contudo, não foi possível verificar, de forma objetiva, o motivo pelo qual as licitantes deixaram de apresentar a documentação quando convocadas, uma vez que não houve manifestação ou justificativa formal por parte de nenhuma delas.

**3.7.** Dessa forma, o preço não aparenta ter sido o fator determinante para o fracasso do lote, considerando que todas as empresas apresentaram propostas iniciais abaixo do valor de referência previsto no edital.

**3.8.** No entanto, verificou-se a necessidade de atualização da pesquisa de preços, a fim de observar o prazo máximo de 1 (um) ano previsto no inciso II do § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

**3.9.** Outra possível causa do fracasso seriam as exigências relativas ao descritivo dos itens, que poderiam estar limitando o fornecimento.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1538



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





**CÂMARA MUNICIPAL DE  
PATO BRANCO**

**3.10.** No entanto, pelo que se verifica, trata-se de produtos amplamente comercializados para uso em máquinas de café e bebidas quentes, não havendo exigências incomuns ou fora do padrão usual de mercado.

**3.11.** Assim, diante da impossibilidade de identificar com precisão a causa do fracasso, sugere-se a repetição do certame em relação aos itens integrantes do lote fracassado, mantendo-se as mesmas exigências editalícias, com a atuação, no entanto, da pesquisa de preço para estabelecimento do valor de referência.

#### **4. DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

**4.1.** A presente contratação tem previsão para o ano de 2026 no plano de contratações anual.

#### **5. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**5.1.** Ao analisar as alternativas disponíveis no mercado, não se identificaram soluções que atendam à demanda, senão a aquisição dos insumos necessários.

#### **6. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**6.1.** A solução para atendimento da presente necessidade consiste no fornecimento, pelo contratado, dos itens que compõem o objeto, com entrega nas dependências da Casa Legislativa, em local e condições previamente definidos pela Administração.

**6.2.** Considerando a natureza dos itens e a possibilidade de estocagem por parte da Administração, a aquisição ocorrerá mediante entrega única e imediata, contemplando a quantidade total prevista para cada item.

#### **7. DO MAPA DE RISCOS**

##### **7.1. Metodologia aplicada**

**7.1.1.** Nos termos do art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, este Estudo Técnico Preliminar adota a identificação e análise de riscos que possam comprometer o sucesso da licitação ou a boa execução contratual.

**7.1.2.** A metodologia utilizada baseia-se na avaliação qualitativa dos riscos com base em dois critérios:

**7.1.2.1.** Probabilidade (P): refere-se à chance de ocorrência do risco, classificada em:

**7.1.2.1.1.** (1) Baixa: risco improvável de ocorrer.

**7.1.2.1.2.** (2) Média: risco com razoável possibilidade de ocorrência.

**7.1.2.1.3.** (3) Alta: risco provável ou recorrente.

**7.1.2.2.** Impacto (I): refere-se à severidade dos efeitos do risco sobre os objetivos da contratação, classificado em:

**7.1.2.2.1.** (1) Baixo: efeitos mínimos ou facilmente reversíveis.

**7.1.2.2.2.** (2) Médio: efeitos relevantes, com impacto moderado no objeto.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1538



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





**7.1.2.2.3.** (3) Alto: efeitos significativos que podem comprometer o objeto da contratação

**7.1.3.** O risco é classificado por meio do produto entre os valores atribuídos à probabilidade e ao impacto ( $P \times I$ ), conforme a matriz abaixo

	<b>Impacto Baixo (1)</b>	<b>Impacto Médio (2)</b>	<b>Impacto Alto (3)</b>
<b>Probabilidade Alta (3)</b>	Médio	Alto	Alto
<b>Probabilidade Média (2)</b>	Baixo	Médio	Alto
<b>Probabilidade Baixa (1)</b>	Baixo	Baixo	Médio

**7.1.3.1.** Legenda da classificação final:

**7.1.3.1.1.** Baixo (1 e 2).

**7.1.3.1.2.** Médio (3 e 4).

**7.1.3.1.3.** Alto (6 e 9).

**7.1.4.** Os riscos identificados serão classificados conforme a estratégia de tratamento adequada, a saber:

**7.1.4.1.** Evitar: adoção de medidas que eliminem a possibilidade de ocorrência do risco.

**7.1.4.2.** Mitigar: redução da probabilidade de ocorrência ou do impacto.

**7.1.4.3.** Reter/Aceitar: aceitação consciente do risco, quando este for residual ou de impacto tolerável, com plano de contingência, se necessário e cabível.

**7.2.** Riscos identificados para esta contratação

**7.2.1.** Com base na metodologia acima, foram identificados os seguintes riscos:

Risco	Descrição	Prob. (P)	Imp. (I)	$P \times I$	Clas.	Trat.	Ação Preventiva
Licitação deserta por baixo valor e pouca quantidade por item	Itens com pequena atratividade econômica podem reduzir a competitividade e resultar em licitação deserta ou com baixa disputa	3	2	6	Alto	Mitigar	Agrupar itens em lotes com racionalidade de mercado e logística para elevar atratividade e facilitar gestão e fiscalização
Fornecimento de produtos fora das especificações	Entrega de itens sem equivalência, qualidade inferior, embalagem inadequada ou divergência de gramatura	2	3	6	Alto	Mitigar	Definir especificações claras no TR, aceitar equivalência apenas com critérios objetivos e prever rejeição de itens e substituição
Entrega de produtos vencidos ou com validade insuficiente	Falha no controle do fornecedor ou na conferência no recebimento pode gerar perda e risco sanitário	2	3	6	Alto	Mitigar	Exigir validade mínima no TR, estabelecer conferência no recebimento e recusa imediata e prever substituição



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1538



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





Atraso na entrega	Atraso pode comprometer disponibilidade e pode interromper atendimento institucional	2	2	4	Médio	Mitigar	Fixar prazo de entrega e penalidades
Risco de restrição indevida à competitividade na especificação	Especificar marca ou características excessivas pode gerar impugnação e anulação do certame	2	3	6	Alto	Evitar	Redigir especificações por desempenho e qualidade admitir equivalentes justificar qualquer padronização quando estritamente necessária
Inexecução parcial do contrato	Fornecedor entrega apenas parte dos itens ou substitui sem autorização gerando falta de insumos	2	3	6	Alto	Mitigar	Prever sanções e glosas, estabelecer recebimento por conferência item a item e exigir substituição
Entrega de insumos para máquina de café não condizentes com o descritivo do objeto	Considerando histórico de contratações anteriores, houve entrega de itens não compatíveis com máquinas de café e bebidas quentes, ocasionando necessidade de devolução e troca de itens	3	2	6	Alto	Mitigar	Exigir apresentação de atestado de capacidade técnica de fornecimento anterior do objeto

## 8. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 8.1. Subcontratação

8.1.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

### 8.2. Sustentabilidade

8.2.1. Não se vislumbram critérios de sustentabilidade diretamente aplicáveis.

### 8.3. Indicação de marcas/modelos

8.3.1. Não se aplica.

### 8.4. Garantia da proposta

8.4.1. Não se aplica.

### 8.5. Garantia da contratação

8.5.1. Não se aplica.

### 8.6. Garantia, manutenção e assistência técnica

8.6.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### 8.7. Exigência de amostra/prova de conceito

8.7.1. Não se aplica.

### 8.8. Exigência de carta de solidariedade



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1538



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





**8.8.1.** Não se aplica.

**8.9. Vedação de contratação de marca ou produto**

**8.9.1.** Não se aplica.

**8.10. Conformidade com normas específicas**

**8.10.1.** Não se aplica.

**8.11. Vistoria técnica**

**8.11.1.** Não se aplica.

**8.12. Sistema de Registro de Preços**

**8.12.1.** Não se aplica.

**8.13. Licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte**

**8.13.1.** Sim, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006.

**8.14. Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte**

**8.14.1.** Não se aplica.

**8.15. Margem de preferência**

**8.15.1.** Não se aplica.

**8.16. Requisitos gerais**

**8.16.1.** Serão melhor detalhados no Termo de Referência.

**8.17. Requisitos de habilitação**

**8.17.1. Habilitação jurídica**

**8.17.1.1.** A habilitação jurídica se dará de acordo ao art. 66 da Lei 14.133/21, por meio de:

**8.17.1.1.1.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**8.17.1.1.2.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

**8.17.1.1.3.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**8.17.1.1.4.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1538



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





**CÂMARA MUNICIPAL DE  
PATO BRANCO**

**8.17.1.1.5.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**8.17.1.1.6.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**8.17.1.1.7.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**8.17.1.1.8.** Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

**8.17.1.1.9.** Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

**8.17.1.2.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **8.17.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.17.2.1.** A habilitação fiscal, social e trabalhista se dará de acordo ao art. 68 da Lei 14.133/21, por meio de:

**8.17.2.1.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

**8.17.2.1.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.17.2.1.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

**8.17.2.1.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**8.17.2.1.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**8.17.2.1.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1538



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)







**8.17.2.1.7.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**8.17.2.2.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.17.2.3.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **8.17.3. Qualificação técnica**

**8.17.3.1.** A qualificação técnica será exigida conforme o artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, justificando-se pela necessidade de garantir a qualidade e a adequada execução dos serviços ou do fornecimentos, com o objetivo de mitigar os riscos identificados na análise de riscos, e se dará por meio de:

**8.17.3.1.1.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares ou prestação de serviço similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**8.17.3.1.1.1.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados relativos à fornecimento de insumos para máquinas de café e bebidas quentes.

**8.17.3.1.2.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**8.17.3.1.3.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**8.17.3.1.4.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

### **8.17.4. Habilitação econômico-financeira**

**8.17.4.1.** Justifica-se a dispensa da habilitação econômico-financeira com base no art. 70, III, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que o valor da presente contratação está abaixo de R\$ 16.373,02 (dezesesseis mil, trezentos e setenta e três reais e dois centavos), o que representa 1/4 do limite para dispensa de licitação para compras em geral, ou seja, abaixo de 1/4 do valor disposto no art. 75, II, da mesma Lei.

**8.17.4.2.** Ademais, justifica-se a dispensa da habilitação econômico-financeira com base no art. 70, III, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando tratar-se de contratação para entrega imediata dos bens, uma vez que o objeto deve ser entregue abaixo do prazo disposto no art. 6º, X, da mesma Lei



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1538



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





**CÂMARA MUNICIPAL DE  
PATO BRANCO**

**8.17.4.3.** Essa decisão está em consonância com o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, garantindo que não sejam estabelecidas exigências desproporcionais à natureza e ao valor da contratação.

**8.17.4.4.** Ainda assim, a segurança da execução contratual será preservada por meio de outros requisitos estabelecidos neste estudo, assegurando a adequada prestação dos serviços e mitigação de riscos operacionais.

#### **8.17.5. Disposições gerais sobre habilitação**

**8.17.5.1.** Quando permitida a participação na licitação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**8.17.5.2.** Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.17.5.3.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**8.17.5.4.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**8.17.5.5.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **8.17.6. Documentação complementar para cooperativas**

**8.17.6.1.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**8.17.6.1.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.

**8.17.6.1.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.

**8.17.6.1.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço.

**8.17.6.1.4.** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107.

**8.17.6.1.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.

**8.17.6.1.6.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1538



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)







**CÂMARA MUNICIPAL DE  
PATO BRANCO**

- 8.17.6.1.6.1.** Ata de fundação.
- 8.17.6.1.6.2.** Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou.
- 8.17.6.1.6.3.** Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.
- 8.17.6.1.6.4.** Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias.
- 8.17.6.1.6.5.** Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais.
- 8.17.6.1.6.6.** Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação.
- 8.17.6.1.6.7.** Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador..

## 9. DAS ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES E VALORES

### 9.1. Das quantidades

**9.1.1.** As quantidades foram estimadas com base no histórico de consumo dos últimos quatro anos, considerando, ainda, o quantitativo de produtos atualmente disponível em estoque.

Produto	Consumo em anos anteriores				Qnt. em estoque	Qnt. a adquirir
	2025	2024	2023	2022		
Café solúvel liofilizado	10	6	16	22	0	16
Mistura láctea à base de leite (leite em pó)	50	54	115	110	22	28
Mistura sabor chocolate (chocolate em pó)	50	32	75	68	8	42

### 9.2. Dos valores

**9.2.1.** Os valores foram colhidos nos termos do art. 23, § 1º, da Lei 14.133/2021.

LOTE ÚNICO					
Item	Und.	Qnt.	Descrição	Valor unitário	Total por item
10	Und.	16	<b>Café solúvel liofilizado</b> , intensidade média, embalagem com 500g a 510g, prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega pelo fornecedor, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem. (tipo vending - para uso em máquinas de café e bebidas quentes - não serão aceitos produtos não apropriados para o uso específico em máquinas de café e bebidas quentes).	R\$ 107,03	R\$ 1.712,48



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1538



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





11	Und.	28	<b>Mistura láctea à base de leite (leite em pó)</b> , sem adição de açúcar, embalagem com 1kg, prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega pelo fornecedor, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem. (tipo vending - para uso em máquinas de café e bebidas quentes - não serão aceitos produtos não apropriados para o uso específico em máquinas de café e bebidas quentes).	R\$ 64,03	R\$ 1.792,84
12	Und.	42	<b>Mistura sabor chocolate (chocolate em pó)</b> , embalagem com 1kg, prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega pelo fornecedor, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem. (tipo vending - para uso em máquinas de café e bebidas quentes - não serão aceitos produtos não apropriados para o uso específico em máquinas de café e bebidas quentes).	R\$ 69,08	R\$ 2.901,36
<b>Total global</b>					<b>R\$ 6.406,68</b>

## 10. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO, DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

**10.1.** Conforme apontado no mapa de riscos, a realização de licitação por itens isolados eleva a probabilidade de ocorrência de licitação deserta ou fracassada, bem como de falhas no fornecimento, além de aumentar a complexidade da gestão e da fiscalização contratual.

**10.2.** Em razão da existência de diversos itens de baixo valor unitário e em pequenas quantidades, pode haver desinteresse econômico por parte dos licitantes, o que contribui para a redução da competitividade e pode ocasionar as situações mencionadas no parágrafo anterior.

**10.3.** Diante disso, com vistas a mitigar tais riscos, o agrupamento de itens em lote único mostra-se medida adequada e vantajosa para a Administração, pois tende a aumentar a atratividade do certame e a facilitar o acompanhamento da execução, sem restringir indevidamente a competitividade.

**10.4.** Quanto à modalidade, considerando tratar-se de bens comuns, a contratação enquadra-se no pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, nos termos da legislação vigente.

**10.5.** Ressalta-se que, em razão do valor estimado, seria possível a realização de dispensa eletrônica, contudo, a experiência prática tem demonstrado que, nesses procedimentos, a etapa competitiva pode dificultar a comunicação e a condução tempestiva das tratativas com licitantes, com risco de abandono da sessão e de ausência de resposta em tempo hábil, ocasionando atrasos e transtornos ao processo de contratação.

**10.6.** Assim, considerando que, embora de menor vulto em comparação ao universo das contratações públicas, a presente aquisição é relevante para o regular funcionamento da Casa Legislativa, a adoção do pregão eletrônico mostra-se mais adequada para mitigar os riscos identificados e assegurar maior estabilidade ao certame.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1538



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





**10.7.** Por fim, quanto ao critério de julgamento, adota-se o menor preço, por ser o mais compatível com o objeto e por favorecer a seleção da proposta mais vantajosa, com observância da economicidade e da eficiência.

## **11. DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

**11.1.** Não se fazem necessárias providências prévias à assinatura do contrato.

**11.2.** Ainda, o corpo de servidores da Casa relacionados à execução contratual encontra-se devidamente capacitado e capaz para conduzir a execução do mesmo.

## **12. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES**

**12.1.** Não se vislumbram contratações correlatas ou interdependentes diretas a esta.

## **13. DA DESCRIÇÃO DE POSSÍVEL IMPACTOS AMBIENTAIS**

**13.1.** Não se vislumbram impactos ambientais diretos relacionados à presente contratação

## **14. DOS ITENS DESTE ESTUDO PRELIMINAR**

**14.1.** Com base nos itens arrolados neste estudo preliminar, é possível aferir as principais características da presente contratação, pelo que se justifica a não contemplação de todos os incisos do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, com base no disposto no § 2º do mesmo artigo da Lei, bem como no disposto no § 2º do art. 2º do Decreto Municipal nº 9.604/2023.

## **15. DA CONCLUSÃO**

**15.1.** Diante da análise realizada, verifica-se que permanece a necessidade de contratação de insumos para máquinas de café e bebidas quentes, tendo em vista a existência de equipamentos destinados ao atendimento do público interno e externo da Casa Legislativa e a necessidade de continuidade do fornecimento aos usuários.

**15.2.** Constatou-se que o lote correspondente no Pregão Eletrônico nº 1/2026 restou fracassado, em razão da desclassificação das propostas apresentadas, motivada pela ausência de envio da proposta ajustada e da documentação complementar pelas licitantes convocadas.

**15.3.** Embora não tenha sido possível identificar, de forma objetiva, a causa do não atendimento às convocações, observou-se que o preço não aparenta ter sido o fator determinante para o fracasso, uma vez que todas as propostas iniciais foram apresentadas abaixo do valor de referência previsto no edital.

**15.4.** Considerando a atualização da pesquisa de preços, as quantidades estimadas com base no histórico de consumo e no estoque disponível, bem como a natureza comum dos bens a serem adquiridos, entende-se adequada a realização de novo certame, na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço.

**15.5.** Além disso, o agrupamento dos itens em lote único mostra-se pertinente, uma vez que os itens possuem baixo valor individual e pequenas quantidades, circunstância que pode reduzir a atratividade econômica da contratação se licitados isoladamente.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1538



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





**15.6.** Tal medida tende a ampliar o interesse dos fornecedores, facilitar a gestão contratual e mitigar os riscos de nova licitação deserta ou fracassada.

**15.7.** Assim, conclui-se pela viabilidade técnica e administrativa da contratação pretendida, recomendando-se o prosseguimento do processo para aquisição dos insumos necessários ao abastecimento das máquinas de café e bebidas quentes, observadas as condições, especificações, requisitos de habilitação e medidas de mitigação de riscos definidos neste Estudo Técnico Preliminar.

**15.8.** Ressalta-se que este documento possui caráter eminentemente técnico, cabendo às autoridades competentes decidir sobre a adoção ou não das recomendações aqui apresentadas.

**15.9.** Em caso de divergência em relação às conclusões ou ao cenário proposto neste estudo, compete às autoridades registrar, nos autos, as devidas justificativas, explicitando as razões técnicas e/ou administrativas que fundamentam a decisão adotada, as quais embasarão o prosseguimento dos trâmites necessários.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1538



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)

